



T0808020N

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016****NÍVEL SUPERIOR - CLASSE E - TARDE****ARQUIVISTA**

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

**COMPOSIÇÃO DO CADERNO**

Português	01 a 20
Administração Pública	21 a 35
Informática Básica	36 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100

**INSTRUÇÕES**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Prova quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e, para seu preenchimento, é permitido, somente, o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Leia atentamente cada item da prova objetiva e o julgue como VERDADEIRO ou FALSO, preenchendo na folha de resposta, conforme seu julgamento, o alvéolo referente a cada item da seguinte maneira: ●
 - 2.1. Conforme Edital, de acordo com os subitens: 10.3.2 Será atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial; 10.3.3 Será atribuído 0 (zero) ponto para cada item em branco ou com dupla marcação; 10.3.4 Será descontado o valor de 0,75 (setenta e cinco centésimos) de ponto para cada marcação em desacordo com o gabarito oficial.
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato poderá ausentar-se da sala acompanhado de um fiscal, todavia apenas poderá deixar definitivamente esse local e entregar sua Folha de Respostas após decorridas, no mínimo, 2 (duas) horas do início da prova, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Prova. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Prova somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCB - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico emita ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Texto 1

Alteridade é colocar-se no lugar do mais fraco

Thiago Burckhart

A alteridade é uma das palavras que nascem nos contextos em que a figura do outro é negada. Trata-se de uma categoria que carrega na sua semântica a questão do “tu” (alter) e não do “eu” (ego), rompendo com o pensamento filosófico que colocava a figura do “ego” na centralidade do pensamento e da existência. Em sua essência, a alteridade – que também pode ser chamada de outridade – significa a condição do que é o outro, do que é distinto de mim. A implicação dessa categoria nos remete a necessidade de colocar-se no lugar do outro, de desenvolver o sentimento de empatia pelo outro, diferente de mim.

Estruturalmente a alteridade é uma tarefa ética, pois implica na reflexão sobre a condição humana deste outro, partindo do pressuposto que o outro não é um inimigo desumanizado, mas que deve ser visto como um ser humano ao mesmo tempo igual e diferente de mim. A experiência de se colocar no lugar do outro implica a conduta ética de perceber, a partir dos olhos deste outro, o mundo em que ele se insere, que é fruto de suas experiências, seus hábitos, sua história e seus conhecimentos. Num contexto marcado pela “falta de ética”, ou seja, a falta de uma reflexão sobre nossas ações, hábitos e costumes, a alteridade enquanto proposta torna-se difícil de concretizar-se.

Talvez, como afirma Márcia Tiburi, já estejamos acostumados com uma racionalidade técnica que domina o mundo, que se vale da pseudocomunicação de nosso tempo. Talvez as pessoas estejam agarradas a um tipo de materialidade das coisas e das mercadorias que não promove a transcendência, e não melhora o olhar sobre o mundo. Nesse sentido, a proposta da alteridade é também voltar-se à estética e (re)construir a sensibilidade perdida em meio a brutalidade da vida. Isso implica no deslocamento do ego e na criação de um elo com o outro, na superação de uma racionalidade irracional que tenta, a todo custo, nos governar e dominar.

Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/30/alteridade-e-colocar-se-no-lugar-do-mais-fraco/> Acesso em: 19/08/2017.

Com referência às relações sintático-semânticas estabelecidas entre termos oracionais, orações, períodos e parágrafos do Texto 1, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

1. No trecho “A alteridade é uma das palavras que nascem nos contextos em que a figura do outro é negada.”, ocorrem duas orações adjetivas restritivas, portanto, nas duas ocorrências, o “que” desempenha função de pronome relativo.
2. Em “Trata-se de uma categoria que carrega na sua semântica a questão do “tu” (alter) e não do “eu” (ego) [...]”, o termo “se” caracteriza a ocorrência de um sujeito na voz passiva.
3. O conectivo presente em “[...] como afirma Márcia Tiburi [...]” classifica-se como conjunção coordenativa explicativa.
4. No trecho “Em sua essência, a alteridade – que também pode ser chamada de outridade – significa a condição do que é o outro, do que é distinto de mim.”, os travessões podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas, mantendo a função da oração adjetiva de restringir o termo “alteridade”.

Considerando que a Fonologia é a parte da gramática que estuda os fonemas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

5. Em “rompendo” e “pressuposto”, ocorrem dígrafo vocálico e dígrafo consonantal, respectivamente.
6. Em “reflexão”, há mais fonemas do que letras; em “técnica”, o número de letras e fonemas é equivalente; e em “hábitos”, há mais letras do que fonemas.
7. Nos termos “essência” e “reflexão”, ocorrem ditongos crescentes.

Considerando que a regência verbal e a nominal dizem respeito à relação de subordinação entre palavras que preveem determinados complementos para ter sua significação plena, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

8. No excerto “A implicação dessa categoria nos remete a necessidade de colocar-se no lugar do outro [...]”, deveria ocorrer crase diante de “necessidade”, visto que “remete” é um verbo transitivo indireto, cuja regência exige a preposição “a”.

9. Nos seguintes trechos “[...] implica na reflexão sobre a condição humana deste outro[...]” e “A experiência de se colocar no lugar do outro implica a conduta ética [...]”, o verbo “implicar” está sendo utilizado com a mesma regência.

Texto 2 Conclusões de Aninha

**Estavam ali parados. Marido e mulher.
Esperavam o carro. E foi que veio aquela da roça tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho, e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar novo rancho e comprar suas pobrezinhas.**

**O homem ouviu. Abriu a carteira, tirou uma cédula, entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou, se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?**

**Donde se infere que o homem ajuda sem participar e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
"A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pescar."
Pensando bem, não só a vara de pescar, também a linhada, o anzol, a chumbada, a isca, apontar um poço piscoso e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse o desvalido não morreria de fome?
Conclusão:
Na prática, a teoria é outra**

Cora Coralina
Disponível em: https://www.pensador.com/autor/cora_coralina/ Acesso em: 19/08/2017.

Considerando as relações sintático-semânticas estabelecidas no Texto 2, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

10. No verso “E não abriu a bolsa.”, a conjunção coordenativa “e”, embora comumente classificada como aditiva, introduz oração coordenada com valor adversativo.
11. Em “Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar novo rancho e comprar suas pobrezinhas.”, a preposição “para” introduz uma oração adverbial causal.
12. Nos versos “Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho, / e tudo que tinha dentro.”, as duas formas verbais “tinha” tem como sujeito elíptico o mesmo referente.
13. A oração “A quem te pedir um peixe [...]” exerce, no período em que ocorre, a função de complemento da forma verbal “dá”.
14. Nos versos “O homem ouviu. Abriu a carteira, tirou uma cédula, / entregou sem palavra./ A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou,/ se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar”, as vírgulas estão sendo utilizadas para separar termos oracionais com a mesma função sintática.

Em relação aos elementos que compõem o processo de comunicação e suas respectivas funções da linguagem, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 15.** No Texto 1, a função Apelativa ou Conativa da linguagem é evidenciada pela referência ao “tu”, presente no primeiro parágrafo.
- 16.** No Texto 2, o predomínio da função Poética pode ser comprovado por meio do jogo de palavras, como se verifica no trecho: “Donde se infere que o homem ajuda sem participar/ e a mulher participa sem ajudar.”

A respeito dos sentidos expressos pelos textos 1 e 2, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 17.** De acordo com o autor do texto 1, o contexto atual marcado pelo excesso de racionalidade, pelo desenvolvimento tecnológico e pela falta de ética são fatores que levam as pessoas a posturas de alteridade e empatia.
- 18.** Por meio de percursos discursivos distintos, os dois textos apresentam objetivos semelhantes, visto que os questionamentos que o eu-lírico (texto 2) dirige ao leitor buscam incitá-lo à reflexão sobre alteridade, assim como a “tarefa ética” proposta pelo articulista do texto 1.
- 19.** Em “Isso implica no deslocamento do ego e na criação de um elo com o outro, na superação de uma racionalidade irracional que tenta, a todo custo, nos governar e dominar.” (texto 1), ocorre um paradoxo construído de modo a reforçar a visão crítica do autor do texto no que diz respeito àquilo que impede que a alteridade ocorra em sociedade.
- 20.** A discussão suscitada na terceira estrofe do texto 2 evidencia duas visões antagônicas de discursos que respaldam práticas de alteridade, a saber: posturas assistencialistas e emancipatórias perante aqueles que se encontram em situação desfavorecida, no poema, representados pela mulher cujo rancho pegou fogo, apresentada na primeira estrofe.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão estabelecidos na Constituição Federal e na Lei 8.112/1990. A Administração Pública deve ter sempre presente o interesse coletivo na obtenção dos serviços públicos. Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 21.** O dever de obediência decorre do dever de fidelidade e determina que o servidor seja fiel e acate as ordens de seus superiores, o que exige a fiel execução das ordens.
- 22.** Os servidores públicos têm os mesmos direitos que os cidadãos, porque também o são, sendo que as restrições exigidas para o desempenho da função pública só serão verificadas se contidas em normas legais que as determinam, segundo as conveniências do serviço.
- 23.** Um servidor público, após processo administrativo, foi demitido por abandono de cargo. Nesse caso, por não se tratar de crime grave, esse servidor não terá cassada sua aposentadoria.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada em 18 de fevereiro de 1808 pelo Príncipe Regente D. João, é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira. Em relação ao Estatuto e ao Regimento Geral da UFBA, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 24.** A autonomia didático-científica da UFBA, dentre outras coisas, consiste em: criar, organizar, modificar e extinguir cursos e programas no âmbito de sua atuação, bem como conferir graus, diplomas, certificados, títulos e dignidades universitárias.
- 25.** A autonomia patrimonial e financeira da UFBA, dentre outras coisas, consiste em: celebrar convênios, contratos e ajustes, inclusive de cooperação financeira, com entidades públicas e privadas, bem como contrair empréstimos para atender as suas necessidades e elaborar e reformar seu Estatuto e Regimento Geral.

26. A autonomia administrativa da UFBA, dentre outras coisas, consiste em: realizar os processos de escolha de Reitor, Vice-Reitor, Diretores e Vice-Diretores de Unidades Universitárias; e administrar e dispor do seu patrimônio.

A Lei nº 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Com base na lei de licitações, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

27. Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

28. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 1 (um) ano; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29. O crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/1993 qual seja, “dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade”, tem como pena detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

A Lei 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Referente à instrução do processo administrativo, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

30. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se apenas mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

31. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

32. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

A Lei nº 8.429/1992 dispõe a respeito das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, dispõe acerca da ética na Administração Pública Federal. Com base nesses dois diplomas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

33. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações dessa lei até o limite de seus bens.

34. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

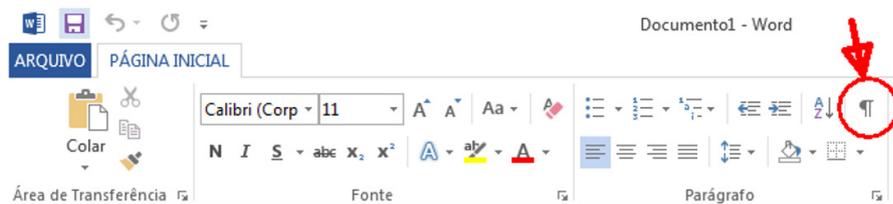
35. A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

Com a popularização dos computadores pessoais e da Internet, o surgimento de vírus de computador e os chamados ataques cibernéticos estão presentes nos noticiários dos mais diversos meios de comunicação. Em relação ao assunto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 36. Atualmente, prezando pela segurança, a grande maioria dos navegadores possui um modo de navegação privativa. Um exemplo disso é o Mozilla Firefox, com seu modo de navegação privativa (🦊) que garante que não serão salvos cookies e pesquisas realizadas, tornando o usuário anônimo na internet, ocultando as páginas visitadas inclusive no provedor de acesso.
- 37. Phishing é uma técnica utilizada por sites mal-intencionados para capturar informações sigilosas de um usuário através de mensagens falsas. É possível citar como exemplo uma página inteira construída para imitar um site de banco ou instituição financeira.
- 38. O Spam é um programa malicioso programado por hackers para fornecer o acesso remoto ao computador do usuário.

As tarefas de edição de texto são de suma importância em praticamente todos os setores de uma "organização". Uma das opções disponíveis no mercado é o Microsoft Word 2013. Considerando a versão em português, em sua configuração padrão, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 39. O recurso subscrito permite criar letras pequenas abaixo da linha de base do texto. A tecla de atalho Ctrl + = também permite o acesso ao recurso.
Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação desse item.
- 40. A funcionalidade circulada na imagem a seguir, permite inserir fórmulas matemáticas que utilizam o recurso popularmente conhecido como "Pi".



- 41. O Word possui um recurso que permite inserir uma marca de referência no texto e adicionar uma nota na parte inferior da página. Esse recurso é oficialmente denominado Lembrete.
- 42. Na elaboração de uma Mala Direta, para adicionar um Bloco de endereço com facilidade para sua etiqueta, basta acessar a guia REFERÊNCIAS.

As planilhas eletrônicas, além de fórmulas matemáticas, possuem, por exemplo, fórmulas para manipulação de texto, estatísticas, contagem, conversão, etc. Um dos mais completos softwares disponíveis no mercado para esse fim é o Microsoft Excel. Considerando a versão 2013, em sua configuração padrão, e os dados exibidos na planilha representada na seguinte imagem, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

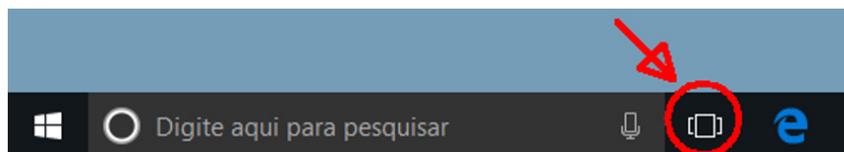
	A	B	C	D
1	1	2	3	
2	4	5	6	
3	10	20	30	
4				

- 43. Ao clicar na célula A4, digitar a fórmula =SE(A2+B2/B1=3;C1^2;A\$3*2) e pressionar a tecla ENTER, será exibido como resultado o valor 20.
- 44. Ao clicar na célula B2 e em seguida executar a tecla de atalho Ctrl + E, o algarismo 5 será alinhado à esquerda.
Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação desse item.

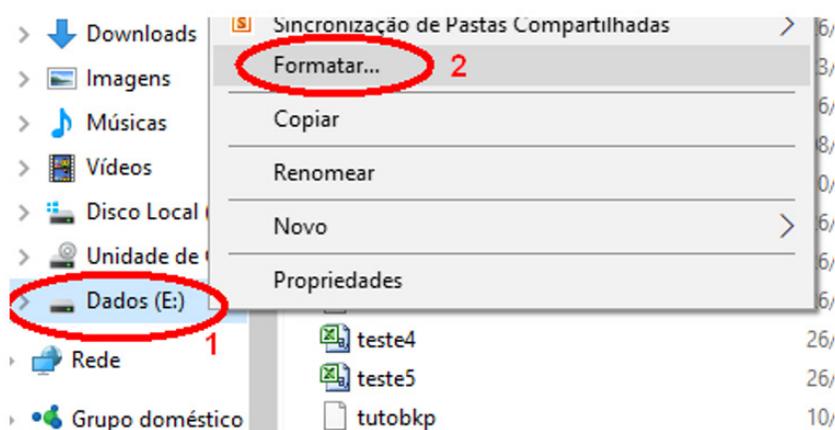
45. Ao selecionar o intervalo A3:C3 e, em seguida, pressionar a tecla ENTER, os algarismos 10, 20 e 30 serão automaticamente replicados na linha 4.
46. As fórmulas =A1+B1+C1/3 e =SOMA(A3:C3)/10-2 ao serem executadas em uma célula vazia devem produzir como resultado o algarismo 4 .

Um S.O. (Sistema Operacional) é o responsável pelo gerenciamento dos mais diversos tipos de recursos do sistema. O Sistema Operacional Windows 10 possui uma interface amigável que é popularmente conhecida pelos mais diversos tipos de usuários. Considerando a versão em português desse sistema, em sua instalação padrão, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

47. Na seguinte imagem, está circulado o “botão” Visão de Tarefas.



48. No explorador de arquivos, a opção disponível para formatar uma unidade de 250GB (botão direito do mouse), conforme pode ser observado na imagem a seguir, tem o NTFS como sistema de arquivo padrão.



Para facilitar o acesso e a visualização de sites Web, deve ser utilizado um aplicativo de navegação. Considerando os navegadores atualmente disponíveis para utilização, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

49. O Google Chrome é um Web Browser gratuito que permite abrir uma nova guia através da execução da tecla de atalho Ctrl + T.
Obs.: O caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação desse item.
50. A imagem a seguir corresponde ao navegador Microsoft Edge e o botão circulado permite criar uma anotação Web.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Segundo as diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

51. Autenticação consiste na declaração de autenticidade de um documento arquivístico, em um determinado momento, resultante do acréscimo de um elemento ou da afirmação por parte de uma pessoa investida de autoridade para tal.
52. É possível que a pessoa não investida de autoridade declare a autenticidade de um documento arquivístico, desde que a autoridade competente expressamente tenha lhe facultado tal oportunidade.
53. Documento autêntico é aquele que teve sua identidade e integridade mantidas ao longo de, pelo menos, 5 (cinco) anos desde a sua produção.
54. A presunção de autenticidade do documento arquivístico digital se dá com base na análise da forma, do conteúdo e, principalmente, de seu suporte.
55. Nas idades corrente, intermediária e permanente, visando ao acesso e à preservação, é recomendada a utilização do formato TIFF na produção e no arquivamento de documentos arquivísticos digitais.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Com base nessa norma, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

56. Incumbe, ao Poder Público, a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, em consonância com a disposição contida na Carta Magna de 1988.
57. A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas, de caráter público ou privado, será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública.
58. A ausência de um arquivo público institucionalizado, em uma estrutura administrativa de qualquer órgão público, assim como a eliminação dos documentos públicos dessa administração sem amparo legal e embasamento técnico, descumprem essa lei.

59. São também considerados públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.
60. Segundo a legislação citada, os documentos públicos identificam-se como correntes, intermediários e permanentes. Os permanentes são aqueles considerados de valor histórico, probatório e informativo, enquanto que os correntes são aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes, sendo inalienáveis e imprescritíveis.
61. Os documentos públicos podem ser classificados, segundo a natureza do assunto, como sigilosos, documentos que requerem medidas especiais de acesso subdivididos em 3 graus distintos de sigilo: ultrassecreto, secreto e reservado; e ostensivos, que são os documentos cujo acesso são restritos.
62. Os princípios de imprescritibilidade e inalienabilidade em arquivos públicos são complementares. O primeiro assegura ao Estado o direito sobre os arquivos públicos, sem limitação de tempo; e o segundo impede a alienação de arquivos públicos a terceiros, salvo autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Segundo a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

63. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso e no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
64. É assegurado o acesso à parte não sigilosa de uma informação por meio de uma cópia com ocultação da parte sob sigilo, caso não for autorizado acesso integral à informação solicitada por ser ela parcialmente sigilosa.
65. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar em igual prazo.

66. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer atividades de fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

As análises diplomática e tipológica são aplicações práticas dos estudos teóricos e metodológicos da Diplomática e da Tipologia Documental. Considerando o conhecimento sobre Espécie Documental, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 67.** A espécie documental é uma divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato.
- 68.** Ata, carta, decreto, disco, filme e memorando são exemplos de espécie documental.
- 69.** Folheto, fotografia e planta não são exemplos de espécie documental.
- 70.** A tipologia documental é uma divisão de espécie documental, que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro.
- 71.** Diploma é um exemplo de espécie documental e diploma de graus acadêmicos é um exemplo de tipo documental.
- 72.** Documento especial, conforme a terminologia arquivística, é um documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, no caso tridimensional, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação e cuja restrição depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica.
- 73.** A autenticidade de documentos arquivísticos envolve três aspectos importantes, independentes um do outro: diplomático, legal e histórico. Tal independência consubstancia-se no fato de que um documento não atestado por uma autoridade pode ser diplomática e historicamente autêntico, mas sempre será legalmente inautêntico.
- 74.** Rubrica é o conjunto de anotações à margem de um documento.

A respeito da avaliação e destinação de documentos de arquivo, o uso da Tabela de Temporalidade, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda, é considerado essencial. A partir dessas considerações, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 75.** Para a elaboração de Tabela de Temporalidade, é necessária a formação de comissão de avaliação e destinação dos documentos salvaguardados.
- 76.** O método de constituição da Comissão de avaliação e destinação de documentos, em instituições públicas e privadas, é regulamentado pelo CONARQ.
- 77.** Os prazos de guarda referem-se ao tempo necessário para arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, visando atender, exclusivamente, às necessidades da administração que os gerou, mencionado, preferencialmente, em anos.
- 78.** O prazo de retenção é destinado a regulamentar o tempo de permanência de documentos históricos em instituições, conforme previsto por ata interna institucional.
- 79.** Ao utiliza-se o termo arquivístico “recolhimento”, infere-se que os documentos em questão estão sendo destinados ao arquivo permanente.
- 80.** A entrada de documentos em um arquivo e seu respectivo registro, o protocolo, é uma atividade pertinente do controle arquivístico, independente do ciclo vital que se encontra o documento.

Considerando o decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, julgue como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

81. A microfilmagem está diretamente ligada à área de conservação e reprografia de uma instituição.
82. A microfilmagem abrange os documentos oficiais ou públicos, de qualquer espécie e em qualquer suporte, produzidos e recebidos pelos órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive da Administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os documentos, particulares ou privados, de pessoas físicas ou jurídicas.
83. A microfilmagem, de qualquer espécie, poderá ser feita em filme reutilizado, dentro de um período de 5 anos, com o mínimo de 180 linhas por milímetro de definição.
84. Os microfilmes originais e os filmes cópias resultantes de microfilmagem de documentos sujeitos à fiscalização, ou necessários à prestação de contas, deverão ser mantidos permanentemente, ignorando os prazos de prescrição a que estariam sujeitos os seus respectivos originais.
85. O reconhecimento de firma da autoridade que autenticar os documentos oficiais arquivados, para efeito de microfilmagem, e os traslados e certidões originais de microfilmes é dispensável.

Sobre as características de um Arquivo Permanente, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

86. Arquivo Permanente também pode ser chamado de arquivo histórico.
87. É função exclusiva dos arquivos de caráter permanente difundir atividades educativas e culturais.
88. Arquivo Permanente se refere ao conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor.
89. Documentos em formatos tridimensionais são sempre relacionados às ações culturais e educativas em arquivos permanentes.
90. A difusão de informação é uma das finalidades dos Centros de Informação e dos Centros de documentação.
91. A descrição arquivística e o arranjo documental são elementos do processamento técnico, recorrente em arquivos de caráter permanente.

A respeito dos órgãos normativos e dos fundamentos legais da prática arquivística, julgue como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

92. A Associação Brasileira de Normas Técnicas é responsável por emitir as normativas técnicas brasileiras, cujas normas são de observância obrigatória por lei.
93. Existem as normas internacionais para descrição de documentos arquivísticos como a ISAD(G), lançada em 1993, e a ISAAR(CPF), lançada em 1996, como complementar à primeira, havendo, também, a norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), publicada em 2006, que consiste na adaptação e compatibilidade das normas internacionais à realidade brasileira e não em uma mera tradução das normas internacionais citadas anteriormente.
94. De acordo com a Lei nº 6.546/1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, consubstancia-se em uma atribuição deste a preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados, enquanto que aquele é atribuído do recebimento, do registro e da distribuição dos documentos.

Considerando o gerenciamento eletrônico de documentos em arquivos, sua arquitetura, as ferramentas utilizadas e os procedimentos para sua execução, manutenção e disseminação, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

95. O Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos é um sistema desenvolvido para produzir, receber, analisar, divulgar e destinar documentos arquivísticos em ambiente eletrônico, segundo resolução do e-Arq Brasil.
96. Documentos digitais são informações registradas, codificadas em dígitos binários, acessíveis e interpretáveis por meio de sistema computacional. Dessa forma, é correto afirmar que todo documento digitalizado é um documento digital.
97. O documento só pode ser denominado como digital se o processo de conversão do mesmo, codificado em dígitos binários, for feito por meio de dispositivo apropriado e aprovado pelo CONARQ.

Acerca da preservação em ambientes híbridos e da conservação preventiva à restauração de documentos, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 98.** Projetos arquitetônicos que apresentam a descrição e suas respectivas plantas em um mesmo suporte digital, como o disco óptico, são exemplos de documentos que constituem um dossiê híbrido.
- 99.** É recomendado o acondicionamento de documentos em caixas-arquivo produzidas em material inerte ou alcalino, como o polipropileno, para evitar a migração da acidez de uma embalagem confeccionada com material ácido, como o papelão, para os documentos nela acondicionados.
- 100.** Em ambientes híbridos, o processo de adequar, por meio de equipamentos, a temperatura e a umidade relativa do ar a parâmetros favoráveis à preservação dos documentos é denominado aclimação.

RASCUNHO
